



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 5 de junho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Números	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Futuro	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Indústria.....	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Tributos	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Infraestrutura	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
PIB brasileiro avança 1,3% no primeiro trimestre.....	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Ozório Fonseca	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Amazônia.....	9
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Gestão Ambiental.....	10
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Medidas	11
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Entrevista Alfredo Nascimento	12
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Código Florestal.....	13
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Entrevista Arthur Neto	14
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Licenciamento.....	15
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Fronteira	16
MEIO AMBIENTE	
JORNAL DO COMMERCIO	
Carlos Souza diz que distrito é "exemplo ambiental" para o País	17
MEIO AMBIENTE	
A CRITICA	
Notas & Notas	18
ECONOMIA	
A CRITICA	
Espaço da Indústria.....	19
ECONOMIA	

A CRITICA	
Fios e cabos	20
ECONOMIA	
A CRITICA	
Júlio Ventilari	21
BEM VIVER	
A CRITICA	
Sim & Não	22
OPINIÃO	
A CRITICA	
Formação de capital humano	23
MEIO AMBIENTE	
A CRITICA	
Floresta gera riquezas no Amazonas	24
MEIO AMBIENTE	
A CRITICA	
Floresta gera riquezas no Amazonas (continuação)	25
MEIO AMBIENTE	
A CRITICA	
Floresta gera riquezas no Amazonas (continuação)	26
MEIO AMBIENTE	
AMAZONAS EM TEMPO	
Puma vai comprar borracha do Amazonas	27
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Puma vai comprar borracha do Amazonas (continuação)	28
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Puma vai comprar borracha do Amazonas (continuação)	29
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Alfredo MR Lopes	30
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Mercado de luxo ganha adeptos em Manaus	31
ECONOMIA	

CAPA

Decisão do STF devolve vantagens à Zona Franca

A decisão do STF de tornar inconstitucional o consentimento de benefícios fiscais sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria), sem aprovação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), acendeu esperanças no modelo da ZFM (Zona Franca de Manaus), que tem passado por uma série de questionamentos depois da aprovação da MP (Medida Provisória) 534. O próprio presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Waldemir Santana, comenta que a determinação devolve a vantagem comparativa que retiraram do PIM e possibilita a geração de novos empregos.

Números

Segundo o governador, o meio ambiente está relacionado diretamente aos projetos direcionados à Copa e ao futuro do Estado, "porque tudo que fazemos em termos de governo é no sentido de não poluir, de preservar a natureza".



1,5

Bilhão de reais é quanto deverá custar o projeto do monotrilho como o transporte ideal para Manaus em 2014 e para o futuro

6,6

Milhões de reais serão aplicados contra o desmatamento, regularização ambiental e capacitação de pecuaristas no Amazonas

“

A presidente é amiga do nosso Estado e sabe que só podemos vencer o desmatamento através de parcerias"

Omar Aziz

Governador do Amazonas, sobre parcerias com o governo federal

Futuro

“A ZFM é nossa moeda de ouro”, afirma Omar Aziz

POR JUSCELINO TAKETOMI

Para o governador, a questão ambiental está ligada ao futuro. “A ordem é não poluir e preservar a natureza a qualquer custo”, disse ele

Falando ao *Jornal do Commercio* durante o lançamento do pacote ambiental, na Assembleia Legislativa, o governador Omar Aziz fez questão de esclarecer sua posição com relação ao meio ambiente, que ele reconhece hoje como uma das prioridades máximas do País, tendo em vista os projetos em andamento em função da Copa do Mundo de 2014 e da evolução tecnológica que exige o aperfeiçoamento do parque industrial da Zona Franca de Manaus.

Segundo o governador, o meio ambiente está relacionado diretamente aos projetos direcionados à Copa e ao futuro do Estado, “porque

tudo que fazemos em termos de governo é no sentido de não poluir, de preservar a natureza”. Por isso, ele enfatiza a determinação do governo estadual de levar em frente o projeto do monotrilho como o transporte ideal para Manaus em 2014 e para o futuro, representando investimento da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Ao mesmo tempo, Omar Aziz acentua seus esforços, ao lado da bancada federal do Estado, para fazer prevalecer os interesses da ZFM em Brasília diante das investidas de Estados como São Paulo e Bahia na guerra para produzir tablets. Ele explica que a luta é necessária para preservar a ZFM “e para proteger um parque industrial que é limpo e que, inclusive, serviu como principal bandeira para firmar nossa posição à presidente Dilma Rousseff na questão da MP dos tablets, temos a nossa floresta em pé e um Distrito Industrial que não polui e que é uma moeda de ouro, portanto”.

Para Omar, o perfil do seu governo, quanto ao meio ambiente, ficou claro para as outras regiões do País e para o mundo com o lançamento do pacote ambiental que inclui a Lei do Programa de Regularização Ambiental de Propriedades Rurais (CAR/AM) e a Lei do ZEE (Zona-mento Ecológico Econômico) da Sub-Região do Purus, além do Decreto de Eficiência Energética e o Decreto de Subvenção da Borracha. Esse elenco de medidas se junta a outros bons exemplos sobre o meio ambiente como a Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e a criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, com o primeiro fundo estadual de mudanças climáticas do País, e o Bolsa-Floresta.

O governador ressalta a parceria com o Palácio do Planalto na questão ambiental, como se nota nos investimentos de R\$ 6,6 milhões a serem aplicados contra as práticas de desmatamento, regularização ambiental e capacitação de pecuaristas no município de Boca do Acre, no rio Purus. A parceria, de acordo com Omar Aziz, mostra a boa vontade da presidente Dilma Rousseff em ajudar o Amazonas com o programa “Desmatamento Zero” através de ações conjuntas que serão empreendidas pelo Ibama com a SDS (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável). “A presidente é amiga do nosso Estado e sabe que só podemos vencer o desmatamento na Amazônia através de parcerias”, diz.

Indústria

Decisão do STF sinaliza geração de mais empregos no PIM

Para o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, condenação à guerra fiscal deve devolver vantagens comparativas ao Polo

POR LUANA GOMES

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de tornar inconstitucional o consentimento de benefícios fiscais sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria), sem aprovação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), acendeu esperanças no modelo da ZFM (Zona Franca de Manaus), que tem passado por uma série de questionamentos depois da aprovação da MP (Medida Provisória) 534.

O próprio presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Waldemir Santana, comenta que a determinação devolve a vantagem comparativa que retiraram do PIM (Polo Industrial de Manaus) e possibilita a geração de novos empregos.

Mas, 'como nem tudo são flores', parece que antes mesmo da deliberação, algumas empresas já tomaram suas próprias medidas para manter seus negócios sustentáveis. Na última semana, a Whirlpool chegou a desligar 300 colaboradores de sua unidade em Manaus, com a justificativa de que a ação era necessária para adequar o volume de produção à demanda do mercado, segundo assessoria.

A moda dos 300 pegou e outra empresa já está na berlinda. De acordo com um funcionário da Elec-

trolux, que preferiu não se identificar, a estimativa é que, entre os três turnos, o mesmo número de empregados seja 'convidado' a sair. Além disso, ele salienta que, após a falência da Cosmoplast, que atendia a fábrica de eletrodomésticos e aparelhos de uso profissional, vários componentes necessários para a produção estiveram em falta.

O consultor de empresas do Polo, Teruaki Yamagushi, argumenta que muitas indústrias estão fazendo a manutenção de suas linhas, mas até agora não houve nenhum registro de possíveis demissões, a não ser a intenção de férias coletivas.

Santana ressalta que, por enquanto, essas são preocupações dos funcionários da empresa, que já sofrem redução desde maio. "Na maioria das vezes, quando eles falam, acontece", destacou.

Por enquanto, de acordo com o presidente do sindicato, também não houve nenhum comunicado a entidade por parte de ambas. O dirigente responde que a classe passa por processos de negociação coletiva, o que torna essas demissões ilegais, já que é necessário um pronunciamento 60 dias antes da data-base.

A reportagem procurou a Electrolux. Porém, segundo resposta da assessoria, a empresa preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

Por dentro

O impacto nos outros Estados

Enquanto o PIM comemora a respeito da decisão do STF, nos Estados julgados, as empresas que concederam estímulos de ICMS nos últimos cinco anos podem sofrer um estrondoso passivo fiscal, segundo estudo do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário). Por conta dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, cerca de 14% de toda

a arrecadação do imposto deixa anualmente de entrar nos cofres dos Estados. Se houver a cobrança deste montante, as empresas devem pagar mais de R\$ 250 bilhões.

O levantamento aponta que os setores que terão os maiores reflexos econômicos da decisão do Supremo são: automotivo, eletroeletrônico, agropecuária, máquinas e equipamentos, papel e celulose, metalúrgica e minerais metálicos, aeronáutico, embarcações, medicamentos, comércio atacadista, transportes e combustíveis.

Tributos

Para Confaz, posição do Supremo vai acirrar debate sobre a reforma tributária

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de proibir benefícios fiscais concedidos por seis Estados e o Distrito Federal deverá acirrar as discussões da reforma tributária no Congresso Nacional. A avaliação é do secretário de Fazenda da Bahia e coordenador dos secretários do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), Carlos Martins.

Para ele, a decisão, por um lado, é importante para acelerar o fim da guerra fiscal —a competição entre as unidades federativas na concessão de benefícios a empresas para atrair investimentos. O dirigente, no entanto, avalia que os Estados afetados exigirão mais garantias para as medidas de compensação de perdas, como a criação do fundo de desenvolvimento regional.

Compensação para os Estados

"Prevejo uma discussão acalorada no Congresso

Nacional porque os Estados só aceitarão abrir mão dos incentivos fiscais se conseguirem assegurar alguma forma de compensação", opinou.

Segundo Martins, o Confaz ainda está ana-

Conselho vai verificar se o STF permitiu alguma regra de transição nos contratos atuais e se as empresas terão de ressarcir os Estados

lisando a decisão para avaliar o impacto sobre os Estados. Os técnicos verificarão se o Supremo permitiu alguma regra de transição nos contratos atuais e se as empresas terão de ressarcir aos governos estaduais os descontos nos tributos pagos até agora. "É preciso ver se o fim dos benefícios só vale a partir de agora ou é retroativo", assinalou.

Por dentro

Tribunal reconheceu "vício de origem"

De acordo com a sentença do Supremo, os incentivos fiscais criados sem o aval das 27 unidades da Federação representadas no Confaz perdem a validade.

A decisão anulou os benefícios concedidos por Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. "Na verdade, o Supremo não chegou a analisar o mérito dos benefícios. Apenas reconheceu o vício de origem, que foi o fato de eles não terem sido aprovados pelo Conselho", explicou Martins.

Infraestrutura

Redução do 'Custo Manaus' é principal preocupação do varejo

Gastos com transporte são os que mais pesam na logística e nas contas das empresas do setor, aponta CDL-Manaus

POR JULIANA GERALDO

A pesar da execução das obras de infraestrutura estarem direcionadas principalmente para o período da Copa, a redução do 'custo Manaus' —diminuição da logística para o comércio— segue sendo a principal preocupação dos empresários do setor.

Foi o que enfatizou o presidente da CDL-Manaus (Câmara de Dirigentes Logísticos de Manaus), Ezra Benzion, durante reunião na última quinta-feira, 2, quando as obras e investimentos de portos e rodovias no Amazonas para os próximos quatro anos foram detalhados pelo coordenador geral de hidrovias e portos interiores, Wilson Cruz e pelo superintendente do DNIT/AM-RR (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de Amazonas e Roraima), Afonso Lins Junior.

"O custo com transporte é o que mais pesa na logística. Nós temos problemas

geográficos enormes e precisamos estabelecer parceria com esses órgãos para que se possa melhorar a situação dos empresários do setor", destacou Benzion.

O vice-presidente da Fedcomércio/AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota, destacou que os custos com

a logística estão vinculados a fatores como tempo, valor do frete, burocracia e disponibilidade dos meios de transporte. "Sofremos com burocracia excessiva. Manaus tem o seguro mais caro do País na questão do frete, e cada meio de transporte possui vários gargalos", lamentou.

Ele avalia que ações

como a entrega da BR-319, anunciada para dezembro de 2013, são importantes, mas não suficientes "Obras como essa resolvem apenas se forem aliadas a outras. Só a estrada, o porto, ou o aumento de capacidade de armazenagem dos aeroportos, isoladamente, não surtem o efeito necessário", ressaltou.

PIB brasileiro avança 1,3% no primeiro trimestre

Número ficou dentro das expectativas dos economistas; para BC, resultado aponta ciclo sustentável da economia do País

O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu 1,3% no primeiro trimestre de 2011 ante o trimestre anterior, atingindo R\$ 939,6 bilhões em valores correntes. A informação é do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Economistas esperavam um crescimento entre 1% e 1,7% no período, sendo que a mediana das projeções apontava alta de 1,3%.

No confronto com igual período de 2010, houve alta de 4,2%. Entre os países que compõem os Brics (acrônimo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o número superou apenas o obtido pela Rússia em igual intervalo (+4,1%).

"(O resultado) confirma que a economia brasileira se encontra em ciclo sustentável de expansão, em ritmo mais condizente com os equilíbrios interno e externo", destacou o BC (Banco Central), em nota divulgada à imprensa.

A agropecuária foi o setor que registrou a maior taxa de crescimento na economia brasileira ante o quarto trimestre do ano passado,

com 3,3% de incremento.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2010, a atividade cresceu 3,1%, puxada por arroz (+18,4%), algodão (+69,5%) e fumo (+16,3%).

"O crescimento está mais relacionado com a parte da agricultura do que com a pecuária", destacou a gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o setor de serviços foi o destaque, com incremento de 4%. Todas as atividades registraram alta, com destaque para intermediação financeira e seguros (+6,4%), comércio atacadista e varejista (+5,5%) e serviços de informação (+5,1%). A alta do setor foi de 1,1% em relação ao 4º trimestre de 2010.

A indústria da transformação avançou 2,8% na comparação com o quarto trimestre de 2010. As indústrias de construção civil (+2%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (+0,7%) também cresceram, enquanto a extrativa mineral amargou queda de 1,5%.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2010, o PIB da indústria, como um todo, mostrou alta de 3,5%.

Investimentos e consumo

A FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), que corresponde aos investimentos, subiu 1,2% em relação ao quarto trimestre de 2010. Na comparação com os primeiros três meses do ano passado, avançou 8,8%. A taxa de investimento,

medida pela relação entre FBCF e PIB, foi de 18,4%, um pouco mais elevada do que o pontuado em igual trimestre de 2010 (18,2%).

Segundo o BC, os dados indicam "desempenho robusto" e que os empresários brasileiros permanecem confiantes nas perspectivas para a economia do País neste e nos próximos anos.

O consumo das famílias avançou 0,6% ante o quarto trimestre de 2010 e 5,9% no confronto com o mesmo intervalo do ano passado,

tendo acumulado alta de 6,4% em 12 meses.

Já os gastos do governo subiram 0,8% ante o quarto trimestre do ano passado, 2,1% em relação aos três meses iniciais de 2010 e 3,2% no espaço de 12 meses.

Na nota, o BC destaca que a demanda doméstica segue como o grande suporte da economia e salienta que a expansão no consumo das famílias foi impulsionada pela expansão "moderada" do crédito e pela geração de emprego e de renda.

4,2% perde

O crescimento registrado na comparação com o 1º trimestre de 2010 deixou o Brasil à frente apenas da Rússia, entre as nações que compõem os Brics (que incluem ainda a Índia e a China)

Números

Crescimento por atividade

Agropecuária	+3,3%
Indústria	+2,8%
Construção civil	+2,0%
Serviços	+1,1%

Ozório Fonseca



Amazoniedades

Para onde vamos? (2)

Na semana passada abordei o conceito de Empresas Coloniais que, por serem infinitamente mais eficientes que a burocracia estatal, receberam, ao longo da história, a responsabilidade de solucionar graves problemas sociais, políticos e econômicos em regiões problemáticas. O curioso é que mesmo sendo concebidas apenas para serem competitivas e gerar lucros, essas empresas, por via indireta ou por efeitos colaterais, conseguiam (conseguem) gerar algum emprego e renda minimizando os conflitos sociais. É assim que elas preenchem as lacunas e abismos deixados pelo setor público que, tradicionalmente, só gera renda para os pelegos e apaniguados que usufruem verbas públicas por vias lícitas e ilícitas ou de forma moral, amoral ou imoral.

Empresas coloniais na América do Sul

A história nos conta que, por total falta de capacidade para governar sua colônia, a Holanda, em 1683, vendeu sua Guiana sul-americana para uma empresa privada denominada Sociedade do Suriname que, através de atividades agrícolas e usando mão de obra escrava, conseguiu recuperar a economia e minimizar a conflagra-

ção social que ameaçava a soberania holandesa.

Esta transferência das responsabilidades econômicas, (e do poder político) para a iniciativa privada, vigorou durante quase 200 anos e promoveu o crescimento da economia atenuando as insatisfações sociais, garantindo o domínio holandês sobre o território e ajudando a consolidar o modelo Empresa Colonial, que guarda evidentes semelhanças com o modelo Zona Franca de Manaus.

A lei e o decreto

Para os amazonenses que são subalternos do líder da esquerda escocesa (whisky) que já foi esquerda piracabana (cachaça Tatuinho) quero lembrar que a lei democrática que instituiu a Zona Franca (lei Peireirinha) foi absolutamente inócua e quem salvou o Amazonas da miséria decorrente do fim do ciclo do látex foi um Decreto ditatorial (288/67) baseado no modelo Empresa Colonial e direcionado para garantir o domínio do território amazonense, cenário de graves insatisfações sociais, econômicas e políticas.

Empresas coloniais no Brasil

O modelo Empresa Colonial no Brasil - depois das Capitânicas Hereditárias, do Banco de Crédito da Borracha, da Rubber Reserve Development (órgão oficial do Brasil) e da Constituição de 1946 (Spvea) - foi resgatado por Getúlio Vargas com o projeto de substituição de importação (Aço, Petróleo, Energia) que teve prosseguimento com Juscelino Kubitschek (indústria automobilística) tendo sido estendido para o Amazonas pelo governo militar, com a Zona Franca. Na verdade, para cá, nunca houve substituição de importação (não havia

nada para substituir), mas importação de tecnologia industrial que veio em caixas pretas sem valorizar ou valorar a matéria prima da natureza apesar do artigo 1º do Decreto 288/67 ter criado um centro agropecuario.

Esse desprezo pelos recursos naturais (ao contrário do ciclo da borracha) levou o Prof. Samuel Benchimol a alcinhar a Zona Franca de "modelo eunuco" da mesma forma que eu o típico como modelo "barata voa", porque ao menor sinal de perda de lucros, a exemplo do que ocorreu com a borracha, todo mundo vai sair correndo com medo do voo da barata (MP) de Lula da Silva ou da Dilma.

Do ponto de vista legal a Zona Franca sempre dispôs meios para promover o aproveitamento dos recursos naturais, mas preferiu optar por pacotes tecnol industriais impostos sem que o Brasil pudesse opinar seletivamente. Hoje existe um Conselho para analisar novos projetos industriais, mas, como todo mundo sabe os membros dos colegiados, câmaras, assembleias, parlamentos, etc., podem ser influenciados por argumentos nem sempre transparentes.

Quanto ao apregoado investimento em energia no Distrito Agropecuario, relatado pelo documento governamental (citado no artigo anterior) devo dizer que essa é mais uma balela do governo Lula da Silva, pois o primeiro trecho de eletrificação, entre o km 30 e 47, foi feito com recursos de um convênio Mct/Inpa com a Japan International Cooperation Agency (Jica). Durante minha gestão como Diretor do Inpa (1995-1999), para viabilizar o funcionamento de um laboratório instalado na Estação Experimental de Silvicultura Tropical (km 47), a Jica liberou recursos para a construção da linha que foi doada à Eletronorte. Essa é a verdade histórica. O resto são bravatas de um parlapatão pávulo.

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca ozorio@netium.com.br

Amazônia

Ameaça à Zona Franca também põe em risco preservação da floresta

Por MARGARIDA GALVÃO

Toda a discussão envolvendo a Zona Franca de Manaus (ZFM), que acaba de perder a fábrica de tablets para Jundiaí (SP), somada a questões estruturais como portos, aeroportos, energia e internet levanta uma questão preocupante: havendo uma evasão das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) por conta de perda de vantagens competitivas, o Estado pode perder seu único modelo de desenvolvimento econômico. Diante disso, o desmatamento poderia crescer, já que a ZFM preservou 98% da floresta nas últimas quatro décadas.

Os parlamentares da base aliada do governo e da oposição ouvidos pelo *Jornal do Commercio* sobre essa questão acreditam ser possível que isso aconteça, porque as pes-

soas vão ficar sem a principal fonte de renda que é o PIM, dando lugar ao extrativismo.

Segundo a deputada Conceição Sampaio (PP), quando a ZFM foi criada, tinha como meta tentar gerar melhor qualidade de vida à população e integrar a região às demais do País.

Conceição avalia que, sem essa possibilidade de emprego, o povo voltaria a trabalhar na atividade extrativista. "Temos 108 mil empregos diretos gerados pelo PIM. Se somados aos indiretos, atinge 500 mil. Se essas pessoas não tiverem meios de sustento vão voltar ao interior, o que vai gerar desmatamento", comentou a parlamentar.

Segundo Conceição, nos demais Estados brasileiros, inclusive da região amazônica, o desmatamento é grande e o Amazonas só conseguiu

combater essa prática porque tem o mercado da indústria. "Se tivermos prejuízo com relação ao PIM, o mundo inteiro vai pagar pelo que não está sendo feito hoje", afirmou ela.

Na opinião do deputado José Ricardo Wendling (PT) também diz que, se indústria for embora de Manaus, o Amazonas – igual aos Estados vizinhos – vai lançar mão de atividades que envolvam o desmatamento.

De acordo com Wendling, as indústrias da madeira e de mineração podem entrar para ocupar esse vazio e estimular o desmatamento. Ainda mais, segundo ele, com o Código Florestal recém aprovado, que passa aos Estados a decisão da política ambiental. "Pode acontecer de um determinado governante achar por bem derrubar as árvores para produzir ali-

mentos, investir na agropecuária", advertiu.

Na opinião do deputado petista, existe um rol de atividades, entre as quais a pesca, a indústria naval e o turismo, com grande potencial no Amazonas.

Se houver uma debandada das indústrias do PIM para outras regiões, Ramos não tem dúvida de que o desmatamento vai acontecer, a exemplo do que aconteceu com Acre, Rondônia e Pará, que têm grande índice de desmatamento.

O deputado defende que é preciso se concen-

trar no futuro do Amazonas menos dependente do atual modelo de desenvolvimento econômico, que está se esgotando.

Na contramão

Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, deputado Luiz Castro (PPS), a questão específica do Polo de Informática não é suficiente para gerar um impacto ambiental tão grande fora de Manaus. O parlamentar avalia que dificilmente as pessoas que já estão

morando na capital retornarão para área rural.

Para Luiz Castro, é possível sim que haja um impacto, mas o pior será o social, vinculado à criminalidade, ao tráfico de drogas e à violência.

O deputado Sidney Leite (DEM) lembra que em áreas como o Rio Negro não há possibilidade de desmatamento porque são de reservas indígenas, onde o solo não tem vocação para a agricultura. O que não é o caso da exploração, mas os índios não permitiriam, lembra o parlamentar.

Gestão Ambiental

Recofarma adota modelo 'três R' em sua cadeia produtiva

POR MARGARIDA GALVÃO

Grande referencial em termos de medidas ecológicamente corretas, a Recofarma (do grupo Coca-Cola) tem grande atuação no Amazonas, onde produz um dos insumos utilizados na fabricação de refrigerantes da marca. A empresa opera com certificação ambiental desde 2005, com foco nos três R da cadeia produtiva – redução da quantidade de resíduos industriais, reutilização ao máximo de materiais e a reciclagem do lixo.

Segundo o gerente de Manutenção, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente da Recofarma, Marcelo Calixto, a adoção da prática melhorou sensivelmente a relação da empresa no mercado, tornou os seus produtos mais competitivos e abriu o leque de oportunidades para o fechamento de negócios na região. “É uma das prioridades da empresa adotar medidas seguras e efetivas para proteger o ambiente, como também todo o planeta”, afirmou. Calixto considera que as normas de qualidade ISO 14001 funcionam hoje como um “termômetro” que mede a competitividade das empresas.

Segundo o executivo, as companhias que têm como foco uma legislação ambiental são bem vistas e atraem mais clientes e isso é um diferencial no mercado.

A Recofarma também desenvolve um projeto de conscientização sobre a importância da defesa do meio ambiente junto a comuni-

dades em Manaus. Há pouco tempo, segundo Calixto, a empresa, que pretendia fazer o descarte de computadores, decidiu doá-los a uma Organização Não Governamental (ONG). A entidade, que trabalha com menores carentes, recuperou os computadores e passou a utilizá-los em uma escola de informática.

A Recofarma, cuja fábrica produz concentrados para refrigerantes, está presente na Zona Franca de Manaus (ZFM) desde 1990 e hoje figura entre as principais organizações com maiores

duz 5,9 bilhões de litros de refrigerantes só em um ano de atividade industrial. A empresa exporta para o Paraguai, Colômbia e Venezuela. Segundo a multinacional, o sistema, que reúne a Coca-Cola Brasil e os seus 15 fabricantes, prioriza o compromisso de ser uma empresa-cidadã no País, seguindo a filosofia do grupo empresarial no mundo de retribuir às comunidades onde está presente.

Planejamento de negócios

De acordo com a multinacional, essa postura é uma marca também dos 60 anos de história da empresa no Brasil, onde desenvolve e apoia projetos e programas sociais em diversas regiões do mundo, especialmente em educação e meio ambiente. No planejamento de negócios para os próximos anos, a Coca-Cola colocou como meta tornar-se neutra em água até 2020 e reciclar 100% das embalagens que colocar no mercado, além de substituir parte do petróleo utilizado como insumo nas garrafas pets por etanol de cana-de-açúcar.

A multinacional quer garantir que o material utilizado na produção será reposto ao meio ambiente em uma estratégia de crescimento sustentável. A medida faz parte das ações para atender às exigências do mercado que passou a priorizar a venda de produtos com “selo verde” – os fabricados de forma sustentável e sem danos ao meio ambiente.

Modelo de gestão ambiental da fabricante da Coca-Cola inclui redução da quantidade de resíduos industriais, reutilização máxima de materiais e reciclagem de lixo

investimentos e oferta de mão de obra no Amazonas. A empresa abastece todo o sistema Coca-Cola no País.

O fato de a Recofarma estar no Amazonas coloca o Estado numa posição de destaque no Sistema Coca-Cola em todo o mundo. A multinacional está presente em 200 países, mas só 25 deles possuem fábrica de concentrados, incluindo o Brasil, que hoje é o terceiro maior mercado da marca. Abastecendo todo o sistema Coca-Cola no Brasil, a Recofarma pro-

Medidas

Omar Aziz lança pacote ambiental na ALE

Por JUSCELINO TAKETOMI

Com a presença de parlamentares e diversas autoridades, dentre as quais a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, o governador Omar Aziz lançou ontem (3), na Assembleia Legislativa, o seu pacote ambiental, constituído de importantes atos administrativos visando o fortalecimento da gestão ambiental no Estado. O pacote prevê investimentos da ordem de R\$ 6,6 milhões destinados ao combate a práticas ilegais de desmatamento, ações de regularização ambiental e capacitação de pecuaristas no Vale do Rio Purus.

O pacote governamental é parte da programação da Semana do Meio Ambiente 2011 e destaca a Lei do Programa de Regularização Ambiental de Propriedades Rurais (CAR/AM) e a Lei do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da Sub-Região do Purus. Omar

assinou, ainda, o Decreto de Eficiência Energética e o Decreto de Subvenção da Borracha. Na ocasião do evento, realizado no auditório Deputado Belarmino Lins, houve a assinatura de um Termo de Cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil pela secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Nádia Ferreira.

Em seu discurso sobre o pacote, o governador prestou contas de sua luta em Brasília defendendo as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM) contra a Medida Provisória 534, juntamente com os três senadores e os oito deputados federais que representam o Amazonas no Congresso Nacional. "Fomos à presidente Dilma Rousseff e dissemos-lhe que só temos a floresta em pé para justificarmos nossa Zona Franca, e temos o capital político dos votos concedidos à presidente nas

últimas eleições pelo povo do nosso Estado", frisou Omar. No final do evento na Ale, o governador recebeu a Carta das Mulheres da Floresta, elaborada durante

o 1º Encontro das Mulheres da Floresta, ocorrido nos dias 1º e 2 de junho. A carta enfatiza a preocupação das mulheres com o processo de regularização fundiária e

pede a criação da Secretaria de Estado das Mulheres da Floresta.

O pacote de Omar Aziz visa à diminuição das taxas desmatamento no Estado

e vai destinar ao Vale do Purus um aporte de R\$ 6,6 milhões, em parceria com o governo federal. "Nosso objetivo é racionalizar a questão fundiária, o que, aliás, também norteou nossa conversa com a presidente Dilma Rousseff", disse ele, esclarecendo que o pacote vai fortalecer o setor extrativista ao elevar a taxa de subsídio à borracha para melhorar o preço e garantir lucro aos produtores de látex. "Vamos soerguer uma importante cadeia produtiva e queremos rapidamente elevar o número de famílias produtoras, passando das atuais duas mil para dez mil famílias, vamos criar condições de mercado para tanto", acentuou. Sobre o Decreto de Eficiência Energética, o governador explicou que vai cortar custeio e informou que levou ao conhecimento do Palácio do Planalto os problemas do Amazonas na área, cobrando medidas para melhorar o fornecimento de energia no Estado.

Entrevista Alfredo Nascimento

"É preciso fazer justiça ao papel da ZFM"

Sem querer opinar sobre política, o ministro dos Transportes, senador Alfredo Nascimento, presidente nacional do Partido da República (PR), defende, nesta entrevista ao *Jornal do Commercio*, mais debate em torno do Novo Código Florestal e afirma sua confiança na presidente Dilma Rousseff quanto a uma "saída técnica" para a Zona Franca de Manaus a partir dos problemas surgidos com a edição da Medida Provisória 534.

Jornal do Commercio - Como o ministro analisa o novo Código Florestal?

Alfredo Nascimento - O debate em torno do nosso Código Florestal é importante para manter a legislação brasileira alinhada às melhores práticas de defesa e preservação do meio ambiente

observadas no mundo todo. Muito se avançou nessa área e o Brasil, diante da exuberância da sua natureza e, especialmente, da importância geopolítica da Amazônia, não pode ficar para trás no cuidado com o meio ambiente. Na minha opinião, o debate em torno do meio ambiente e a atualização e modernização das ferramentas para sua defesa devem ser permanentes.

JC - O que ganha o Amazonas com a permissão, segundo o Código, para estados e municípios definirem regras para a agropecuária e APPs?

AN - A discussão em torno do novo Código Florestal ainda não terminou. O projeto ainda será examinado pelo Senado e eu penso

que teremos a oportunidade de corrigir aspectos que são polêmicos, como a questão da regularização ambiental. A orientação do governo é manter o rigor no trato desse assunto.

JC - Que efeitos positivos do Código em uma cidade como Manaus?

AN - A modernização do Código Florestal, como eu comentei antes, certamente consolida uma visão que o Amazonas já tem e pratica. Manaus faz parte disso.

JC - Como preservar a ZFM sem prejudicar o desenvolvimento da indústria de informática no País?

AN - Eu penso que essa é uma discussão que deve ser conduzida pelo viés técnico. O

Amazonas tem todas as

condições de fazer parte desse novo momento da indústria de informática brasileira e tenho certeza de que o governo federal vai encontrar uma solução para isso. Essa é a determinação da presidente Dilma, que já tratou desse assunto comigo e me deu garantias de que a Zona Franca não será prejudicada. Com o apoio da presidente e a formulação de uma saída técnica que favoreça os estados da federação brasileira como um todo, sem prejudicar o Amazonas, eu tenho certeza de que teremos mais facilidades de conduzir e vencer o debate político no Congresso. Nós já temos experiência nisso, de disputar mercado sem prejudicar ninguém, com resultados muito bons. Na minha opinião, podemos repetir essa experiência.

JC - Não é hora de se repensar a ZFM diante dos desafios da evolução tecnológica, que é muito dinâmica?

AN - Eu penso que devemos fazer justiça ao papel da Zona Franca no desenvolvimento do Amazonas. Não podemos perder de vista que sua criação é fruto de uma visão estratégica arrojada, em que já se pensava como levar desenvolvimento a uma região tão remota do País. O Brasil mudou, o Amazonas cresceu e o nosso desafio, como gestores públicos, é continuar pensando no desenvolvimento do nosso Estado, modernizando aquilo que for preciso. Penso que a Zona Franca tem acompanhado o processo e ainda é uma ferramenta competitiva de crescimento para todos nós.

Código Florestal

Amazonas deve ter tratamento diferenciado, defende Ipaam

POR ISAÍAS OLIVEIRA

A vida do ribeirão amazônico está intimamente ligada ao rio, e essa simbiose faz parte dos seus hábitos de vida e da sua cultura ancestral. Há uma relação do rio com tudo o que o nosso caboclo faz, pois o rio é o seu meio de sobrevivência, servindo-lhe de despensa, de estrada e de horizonte. Para ele, o conceito de Área de Preservação Permanente é o inverso do que classifica o novo Código Florestal: é a margem do rio que o preserva.

Por este motivo étnico-sociológico-cultural, o presidente do Ipaam (Instituto de Preservação Ambiental do Amazonas), Antonio Ademir Stroski, em entrevista ao JUC defende a diferenciação desse conceito em relação ao Estado do Amazonas, por consequência aos estados da Amazônia, dentro dos marcos regulatórios do Código Florestal Brasileiro em votação no Congresso Nacional.

"Nós vemos a regulamentação das novas normas para APP do novo Código em relação ao Amazonas, com a seguinte preocupação: o nosso povo do interior tem sua vida, soba todos os aspectos, intimamente associada à beira de rio. Aqui, as comunidades rurais afastadas de algum rio são quase

inexistentes", diz ele.

Portanto, para Stroski, essa associação do ribeirão com a margem de rio, que é justamente aquilo que hoje se chama de Área de Preservação Permanente, deve de ser considerada na formatação do novo código. "Isso não pode ser ignorado em relação ao Amazonas. Nós defendemos normas diferenciadas para o Amazonas nessa questão".

Por este motivo, o próprio Antonio Stroski fez a defesa de uma proposta de diferenciação das APPs no Amazonas junto à Abema (Associação Brasileira dos Órgãos Ambientais Estaduais), da qual o Ipaam faz parte. "Nós participamos da discussão dos órgãos dentro da associação, eu fiz inclusive um pronunciamento na reunião falando da nossa preocupação em contemplar essa diferenciação".

A partir daí a Abema fechou depois uma proposta que foi encaminhada para a votação do Código Florestal ainda na Câmara Federal. Foi, segundo ele, a oportunidade de externar e expressar aquilo que o governo do Amazonas e o Ipaam, por meio de sua equipe técnica, acham que é adequado para a nossa realidade. Ele espera que na votação no Senado a bancada amazô-

nica possa atuar com mais força nessa questão.

Para reforçar sua opinião, o presidente do Ipaam cita como exemplo o abastecimento de produtos olerícolas regionais para a cidade de Manaus: "vem aqui das várzeas do Solimões, que é uma área de preservação permanente pelo Código Florestal. Assim como de todos os nossos rios de diferentes vazões, diferentes larguras, todos ficam sujeitos a essa mesma classificação pelo código.

"Nós vivemos uma vida muito dependente da relação direta com o rio, principalmente na questão da produção rural", sustenta ele. Dessa forma, se o agricultor obedecer o afastamento legal da APP de um rio ele não vai poder produzir, porque a água que ele utiliza é a do rio, e ele não vai poder ficar afastado dela com sua atividade.

Antonio Stroski compara a nossa realidade com a dos estados do Sul, onde os agricultores moram na beira das estradas, que é por onde elas têm acesso para vender seus produtos. "Aqui as pessoas vão morar na beira de rio, porque é uma questão de sobrevivência delas e da sua atividade econômica, e inclusive um aspecto cultural do nosso povo", finaliza.

Entrevista Arthur Neto

"Temos de agregar ao PIM a era da biotecnologia, a madeira..."

POR JUSCELINO TAKETOMI

Jornal do Commercio – Como proteger a Zona Franca de Manaus sem prejudicar o desenvolvimento da indústria de informática no país?

Artur Neto - A MP 534, mais conhecida como "MP dos tablets", é a maior ameaça vivida pela Zona Franca de Manaus, desde que eu a acompanho e estudo. A instalação de um polo industrial de tablets no Centro-Sul nos deixa com tecnologias que envelhecerão e perecerão rapidamente, ao mesmo tempo em que transfere a outros estados as tecnologias novas, do futuro e da prosperidade. Do jeito que está escrito, ganha quem produz bens de informática fora de Manaus e sumirão daqui empresas e empresários que vislumbrarem as novas perspectivas. E nem discuto outra hipótese por ora, porque o que está posto é o prejuízo nítido e dramático do Amazonas.

JC - Como repensar a ZFM diante dos novos desafios do progresso tecnológico?

AN - Sucessivos governos do Amazonas têm tratado mal o modelo. Falta conhecimento. A gestão Lula, tão endeusada eleitoralmente em nosso Estado, não esboçou nenhum plano estratégico para o modelo Zona Franca de Manaus: contingenciou

sistematicamente recursos próprios da Suframa; não fez rodovia nem ferrovia entre Manaus e Porto Velho; não fez hidrovias; não resolveu o gargalo aeroportuário; não enfrentou a burocracia excessiva e o número reduzido de funcionários da Receita Federal e do Ministério da Agricultura à disposição da liberação de mercadorias. Sobre tudo, não fez praticamente nada em inovação. Como falar de futuro, diante de um quadro desses? É preciso ultrapassar os gargalos, investir em formação de mão de obra e, maciçamente também, em ciência e tecnologia, para se recuperar o tempo perdido.

JC - Como o senhor analisa a ideia do saudoso senador Jefferson Péres sobre a especialização da ZFM e a criação de polos específicos de desenvolvimento?

AN - A proposta do saudoso senador Jefferson Péres é inteligente, embora reflita momento menos agudo da convergência digital. Hoje em dia, está cada vez mais difícil definir o que é e o que não é bem de informática. Em 2000, o governo Fernando Henrique, após exaustivas negociações com o governo do Amazonas, chegou às listas positivas e negativas. De lá para cá, por exemplo, o monitor, que fora considerado bem de informática, cada

vez mais é também televisão. O mesmo se dá com o telefone e por aí em diante. Sobre a divisão social do trabalho por polos, tenho um receio: setores tecnologicamente de ponta sairiam de Manaus e seria questão de tempo para outros os acompanharem. Desta vez não é como o celular da Samsung, que saiu e depois voltou. Estamos perto do tudo ou nada.

JC - Se o PIM caminha para o sucateamento, depois o que fazer, qual a outra alternativa de desenvolvimento para o nosso Estado?

AN - Em primeiro lugar, que fique bem claro que lutarei pelo PIM com unhas e dentes. Nada de substituí-lo, portanto. Temos de agregar a ele a biotecnologia, o peixe, a madeira e o minério no manejo correto, a pecuária onde for ecologicamente aceitável, o polo gás-petroquímico, o turismo e o ecoturismo... as águas, que serão a grande commodity ainda neste século. Para isso, temos de fortalecer os órgãos científicos, a começar pelo Inpa, priorizar o funcionamento ótimo do Centro De Biotecnologia da Amazônia, fazer do Amazonas e da Amazônia, enfim, a prioridade real que, hoje, desgrazadamente, não são para este país, aqui entendido como o governo que nos dirige os destinos.

Licenciamento

Ministro Alfredo Nascimento garante BR-319 para 2013

POR JUSCELINO TAKETOMI
ESPECIAL PARA O JJC

Apesar dos problemas com o Ibama, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, acredita que a Rodovia BR 319, com investimento da ordem de R\$ 696 milhões, fique pronta em 2013. Ele afirma que tenta resolver os problemas com o Ibama da melhor forma possível desde maio visando a obtenção do licenciamento ambiental à obra. Segundo ele, o levantamento da fauna é realizado por especialistas da Fundação Bio-Rio, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Até meados deste mês de junho, vamos conseguir coletar a fauna e até setembro faremos outra coleta para termos o diagnóstico sobre a diversidade da fauna da região, cumprindo as exigências do Ibama", informa.

Após esse levantamento, o passo seguinte será a realização do processo licitatório para o início das obras propriamente ditas. "Queremos entregar a BR-319 até 2013", promete o ministro. A posição de Alfredo também encontra eco nas afirmações do novo superintendente do DNIT-Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes nos estados de Amazonas e Roraima, Afonso Luiz-Lins Costa Júnior. Para ele, a rodovia é uma das maiores prioridades do órgão e aposta no início das obras

até o verão de 2012, com a autorização do IBAMA.

A BR-319 é o único meio de ligação por terra da cidade de Manaus com Porto Velho e o Sul do País e à época de sua construção, no início dos anos 70, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médice, os militares a decantavam como um instrumento estratégico de ocupação da Amazônia e exemplo de desenvolvimento planejado. O ministro Alfredo Nascimento tem consciência disso e afirma que não medirá esforços para que a obra seja entregue a amazonenses e rondonienses em 2013.

Conforme o ministro, todos os esforços serão envidados para que o calendário das obras

seja cumprido à risca, inclusive tendo em vista a Copa do Mundo de 2014, quando ele espera que a rodovia ajude a facilitar o fluxo de turistas que desejarem assistir os jogos do Campeonato Mundial de Futebol em Manaus. Confirmando a determinação do governo federal em também revitalizar as rodovias BR-174 (Manaus-Boa Vista), BR-230 (Transamazônica) e BR-317 (Boca do Acre-Rio Branco), Alfredo Nascimento assegura que vai correr contra o tempo e assegura que o DNIT seguirá à risca o calendário de reconstrução da rodovia, fundamental para o incremento do turismo ecológico nos estados do Norte da Amazônia.

Fronteira

Começa o Desmatamento Ilegal Zero no Amazonas

POR ISAÍAS OLIVEIRA

No Ano Internacional de Defesa das Florestas, que será lembrado durante a semana do meio ambiente de 2011 (de 1 a 5 de junho), o governo do Amazonas dá a largada ao programa "Desmatamento Ilegal Zero" no sul do Estado, região ameaçada pelo avanço da fronteira agropecuária do Centro-Oeste, e já conturbada pelos conflitos agrários que provocaram, só na última semana de maio, a morte de três líderes sindicais por assassinato.

Para tanto, foi lançado no dia 13 de abril, no município de Boca do Acre, o Programa CAR (Regularização Ambiental de Propriedades Rurais), que tem como objetivo promover regularização ambiental no Amazonas, com a presença das autoridades federais, estaduais e municipais, sindicatos, associações e produtores rurais e pecuaristas. E na sexta-feira, 3 de junho, o governador do Estado, Omar Aziz, apresentou a mensagem encaminhando a Lei do CAR à Assembleia Legislativa.

O CAR é uma ação integrada entre o Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), a SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável) e o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O objetivo é reduzir até zerar a taxa de desmatamento ilegal por meio da regularização ambiental das atividades agropecuá-

rias já existentes nos municípios do Amazonas, começando pelo setor sul.

Segundo o presidente do Ipaam, órgão gestor do programa, Antonio Ademir Stroski, o Cadastro Ambiental Rural é uma ação do governo preocupado com a situação das propriedades rurais do Estado, mas também com o propósito de estar presente em todos os municípios para conter as ações predatórias principalmente de desmatamento e de queimada.

"O CAR, na verdade, tem como objetivo fazer com que as pessoas, proprietários rurais, passem para a legalidade, e ao fazer isso elas vão assinar um termo de adesão e compromisso no sentido de que o desmatamento ilegal seja reduzido a zero. Esse é o objetivo principal: desmatamento ilegal zero", explica ele.

O Cadastro Ambiental Rural é uma exigência do "Programa Estadual de Regularização Ambiental", segmento do programa Mais Ambiente do governo federal, criado pelo Decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009, o qual determina que todos os Estados da Amazônia Legal executem o CAR. Isso deixa claro que o CAR não é um instrumento de regularização fundiária e sim da regularização ambiental.

Por meio dele serão construídos os meios para a regularização ambiental no Amazonas, principalmente dos proprietários que foram multados ou tiveram seus imóveis

embargados pelo Ibama. Com o cadastro, eles poderão se regularizar e depois de regularizados adquirem o direito de recompor a área de reserva legal e preservação permanente de suas propriedades, razão pela qual muitos deles foram multados pelo Ibama.

"Por exemplo, o camarama tem uma posse reconhecida ou é proprietário, fez um desmatamento além do permitido pela reserva legal de 80%, ou tem desmatamento na área de preservação permanente também. Na ocasião do cadastramento ele vai assumir o compromisso de regularizar esse passivo e para isso terá prazos que são plausíveis", explica Antonio Stroski.

Os prazos serão de um ano para os que têm acima de 4 módulos fiscais (400 ha) e dois anos para que tem até 4 módulos. Para os imóveis de até 4 módulos o governo vai ajudar com assistência técnica do Idam para a recuperação das áreas degradadas, e para as áreas acima de 4 módulos, quem vai ter de arcar com os estudos ou contratar técnicos para orientação é o proprietário. "Essa é a proposta da Lei encaminhada pelo governador Omar Aziz. Na Assembleia, ela poderá ser alterada pelos deputados", informa o presidente do Ipaam, lembrando que a partir da aprovação da Lei todo proprietário rural vai ter de fazer o seu cadastro, porque ele passa a ser obrigatório, mas eles terão tempo para isso.

Carlos Souza diz que distrito é "exemplo ambiental" para o País

Na opinião do deputado federal Carlos Souza (PP-AM), o pacote ambiental foi anunciado em um momento que ele considerou especial o Estado do Amazonas em função da luta comandada pelo governador Omar Aziz em Brasília, defendendo os interesses da Zona Franca de Manaus.

"Isso coroa a luta do governador, pois o nosso Distrito Industrial é um pólo limpo, um exemplo ambiental para o País", expressa o deputado.

Ele comentou o Decreto de Eficiência Energética, parte do pacote lançado na Assembleia Legislativa, e disse que, a propósito da questão, acompanhou o governador em sua audiência com o ministro das Minas e Energia, Edson Lobão.

Na audiência, o ministro garantiu que os esforços de Omar Aziz serão recompensados com a entrada em funcionamento do Linhão de Tucuruí, um projeto de R\$ 1,5 bilhão, a partir de 2013.

"Isso nos leva a crer que deixaremos de usar o velho diesel, que polui o meio ambiente, vamos dotar a cidade de Manaus de energia limpa e vamos ser exemplo para todo o País porque não deixaremos ninguém poluir a nossa floresta e prejudicar o homem caboclo", destacou o parlamentar.

Notas & Notas

Sinal amarelo do MPT e da SRTE/AM está aceso

Reprodução/Internet



Empresas de recursos humanos que prestam serviço para indústrias incentivadas do Polo Industrial de Manaus (PIM) estão atrasando o pagamento do salário de trabalhadores terceirizados. A informação é dos próprios trabalhadores. Eles dizem que esperam até mais de cinco dias da data marcada para receber os salários. Não raro também

fazem plantão todos os meses na porta da empresa de RH da qual são contratados, pressionando-a pelo pagamento. O Ministério Público do Trabalho no Amazonas e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) já acenderam o sinal amarelo e caíram em campo para levantar a gravidade dela, de modo a punir os culpados.

Gritaria Dificuldades apontadas pelos importadores de pneus para atender mercado brasileiro: dumping imposto pelo Governo Federal para que os pneus de carga importados possam ser negociados em mercado brasileiro, fabricantes estão optando por outros mercados e a burocracia governamental para a obtenção das licenças de importação.

Pegadinha Promoção é um dos quatro aspectos do mix de marketing. Precisa ser tratada com seriedade. O supermercado Carrefour da avenida Pedro Teixeira precisa ser advertido disso. Não fica bem usar esse recurso para submeter o consumidor a uma espécie de "pegadinha". A faixa estendida na frente da loja com os dizeres "Na compra de dois produtos iguais, o segundo sai pela metade do preço" não é exatamente o que expressa.

Guerra fiscal Empresas poderão ter que devolver R\$ 250 bilhões, caso os Estados resolvem cobrar a devolução de incentivos fiscais via ICMS concedidos sem a anuência do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Foi o que

Espaço da Indústria

Plano alternativo para o Amazonas

É hora de construir um plano econômico alternativo para o Amazonas, que não dependa apenas dos incentivos fiscais, nos livrando de sobressaltos ocasionados pelos ataques sistemáticos ao nosso modelo de desenvolvimento.

Um plano com foco principal na educação, na inovação tecnológica, na infraestrutura e na logística. Que apresente possibilidades reais para a nossa produção, seja ela de tecnologia de ponta, seja a regional tradicional, utilizando os fatores de produção disponíveis para atingir a competitividade.

Na educação, a participação do governo, das universidades e da indústria é imprescindível para o

desenvolvimento de profissionais que nos faltam, formando-os e treinando-os na utilização de conhecimentos tecnológicos, tornando-os capazes de comandar o desenvolvimento sustentável da nossa Região.

Precisamos ampliar o acesso e massificar o ensino, expandindo a rede física e virtual. É vital, nesse processo, o apoio governamental e empresarial para expansão e melhoria da infraestrutura educacional.

Para avançarmos economicamente, precisamos que a formação educacional na nossa região atenda os setores já identificados e demandantes de maior investimento, explorando as potencialidades regionais,

conforme a cultura e os costumes, minimizando assim as diferenças, as desigualdades sociais e contribuindo decisivamente para o desenvolvimento bem alicerçado.

Por sua vez, a inovação não prescinde da preparação da mão de obra, desde o ensino formal até a pós-graduação, como forma de capacitar o cidadão para atuar profissionalmente, com condições de criar e se adaptar tecnicamente, atendendo às exigências do desenvolvimento. Já a infraestrutura produtiva demanda maiores investimentos, tanto na parte concernente à prestação de serviços públicos, como na

disponibilização de serviços privados de qualidade. Na logística padecemos com a baixa qualidade de transportes que inviabiliza negócios que seriam competitivos.

O futuro do Amazonas e da região como um todo está no necessário conhecimento de suas potencialidades, para desenvolvê-la com sustentabilidade e sem degradação. Precisamos planejar e executar um projeto que objetive a competitividade, traduzida pela educação, disponibilidade e custo da mão de obra, infraestrutura, logística e incentivos fiscais.

Ao finalizar, registro e parabeno com alegria, o nosso companheiro Nelson Azevedo,

agraciado na sexta-feira passada, com o título de Industrial do Ano. É merecida a homenagem, por se tratar de uma pessoa que engrandece a classe empresarial do nosso Estado.

Registramos nossas congratulações, também, ao Microindustrial do Ano, Francisco Pontes de Aguiar, à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda, pela manutenção da liderança nas exportações, e aos nossos homenageados, com a Medalha Mérito Industrial do Amazonas, General Heleno, Arcebispo Dom Luiz Soares e o Ministro Mauro Campbell, homens que dignificam o Amazonas e o nosso país.

**Antonio
Silva**

e-mail:
fiam@
fiam.org.br



Fios e cabos

Rumo ao desaparecimento

Segmento que já foi um dos mais fortes no setor de componentes encolheu pela metade e corre o risco de acabar

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A produção do segmento de fios e cabos - um dos mais importantes do setor de componentes do Polo Industrial de Manaus (PIM) - encolheu 52,8% nos últimos 5 anos. Nesse período, pelo menos quatro fabricantes fecharam as portas e a mão-de-obra empregada caiu de 3,5 mil em 2006, para 1,8 mil em 2010. Os dados estão em um estudo realizado pela Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Polo Industrial do Amazonas (Aficam).

A entidade pretende encaminhar o estudo ao Governo do Estado e à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para subsidiar os debates sobre alternativas ao segmento.

O estudo da Aficam mostra que o desenvolvimento do setor de componentes, em especial o segmento de fios e cabos, segue uma rota inversa ao do PIM como um todo. Enquanto o polo cresceu 71% nesse período, o segmento de fios e cabos cresceram somente 31%. Vale ressaltar que os polos de duas rodas e eletroeletrônicos cresceram 67% e 57%, respectivamente.

Vários motivos levam a esse desempenho. Um dos principais, segundo aponta a Aficam, é a própria redução na demanda

Em números

#

1.365

Empregos mantidos pelos fabricantes de fios e cabos instalados em Manaus. Em 2006, esse volume era duas vezes maior, e o número de empregos continua caindo.

7

Empresas continuam fabricando fios e cabos na Zona Franca de Manaus: GK&B, RCA, Brascabos, Digicabos, ACR, Gatsby do Brasil e Set do Brasil.

por parte dos fabricantes dos bens finais que utilizam esses insumos. São fabricantes de motocicletas, TVs (com cinescópio, de plasma e de LCD), telefones celulares, fornos micro-ondas e condicionadores de ar.

A fabricação desses itens apresentou crescimento expressivo no PIM, exceto TVs de cinescópio, que passa por substituição tecnológica, e telefones celulares, que teve o segmento praticamente desmontado pela

Lei de Informática. "Se aumenta a produção desses equipamentos, era de se esperar maior demanda do setor de fios e cabos, mas não é o que acontece", diz o presidente da Aficam, Crístovão Marques Pinto.

A opção crescente das empresas de bens finais em Manaus em adquirir insumos importados têm impactado negativamente. Não é à toa que a importação de fios e cabos tem aumentado.

Os fios e cabos representam um investimento relativamente baixo no custo de produção. No produto que mais utiliza esses insumos, os fornos micro-ondas, a participação deles não chega a 1%, fica em 0,99%.

MÃO-DE-OBRA

É na geração de empregos que o encolhimento do setor de Fios e Cabos tem maior impacto. A participação do segmento em relação ao total de empregos ge-

rados no PIM decresceu 49% nos últimos cinco anos. "O fechamento de algumas empresas e a redução da demanda por parte dos produtores de bens finais contribuíram para o agravamento deste cenário", avalia Marques Pinto.

Apesar das dificuldades, o segmento de fios e cabos continua sendo um grande gerador de postos de trabalho. No mês de abril, o número de trabalhadores era de 1.365.

Segmento sobrevive a duras penas

O que empresas como Tyco Eletrônica, Molex Brasil, Balda Lumberg e Amacom têm em comum? Todas fabricavam fios e cabos no PIM e tiveram que fechar as portas nos últimos anos. Os fios e cabos importados da China são até 30% mais baratos que os fabricados em Manaus. Atualmente, apenas sete empresas continuam fabricando esse tipo de insumos no PIM, e lutam para continuar no mercado.

Mas os fabricantes locais não têm condições de competir com os similares importados por diversos fatores. Um deles é o baixíssimo custo da mão-de-obra na China, que chega a ser sete vezes menor que no Brasil.

A proposta da Aficam é criar estímulos aos fabricantes de bens finais para que passem a adquirir componentes fabricados no mercado local, garantindo demanda mínima ao segmento local.

Júlio Ventilari

Viva a natureza!

→ Uma conversa entre a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, e o secretário da Semmas, Marcelo Dutra, evolui muito bem.

→ O que rendeu? A doação pela autarquia à Prefeitura de uma área de mais de 800 mil metros quadrados.

→ Dutra vai usar o terreno para construir um segundo Parque do Mindu, com direito a uma grande piscina de água natural.

Sim & Não

Lula atua como chefe da Casa Civil

Ao que tudo indica, o ex-presidente Lula decidiu ocupar, não se sabe se temporariamente, o espaço destinado ao chefe da Casa Civil, Antônio Palocci. Na conversa de pé do ouvido que teve com o governador Omar Aziz, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, sexta-feira (3), Lula fez questionamentos sobre as obras em Manaus para a Copa de 2014, tratou da ponte sobre o rio Negro e do Proama, além de afirmar que vai "ajudar" a Zona Franca de Manaus (ZFM).

(In)Gerência Os assuntos tratados por Lula com o governador do Amazonas são, em tese, temas que deveriam ser gerenciados por Antônio Palocci, articulador político do governo que, no momento, está envolto a uma crise na qual tenta justificar seu súbito crescimento patrimonial.

Eleições A visita relâmpago de Lula à Manaus ainda gera especulações no meio político. A principal delas dá conta de que Lula e José Dirceu - que tiveram um cochicho de 1h20m com o governador Omar Aziz - já articulam nomes para a eleição 2012. Omar disse que o tema não fez parte da conversa.

Formação de capital humano

No período de 2003 a 2010 a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) concedeu 13.664 bolsas a estudantes de diferentes graus de ensino, sendo 4.899 para o Ensino Fundamental e Médio, 6.982 bolsas de iniciação científica de graduação, 1.255 de mestrado e 528 de doutorado. O objetivo é a formação de capital humano para fazer frente às necessidades do estado de contar com profissionais qualificados nas mais diferentes áreas do saber.

Segundo dados da fundação as bolsas de mestrado foram concedidas em sua maioria para estudantes de instituições situadas dentro do próprio estado (79,5%). Para o doutorado o percentual direcionado a alunos de

instituições locais chega a 59,7%, sendo que 40,3% foram para doutorado realizado fora do Amazonas. E os investimentos já estão sendo capitalizados com a conclusão dos estudos dos alunos beneficiados, sendo que 82% dos beneficiários de bolsa de mestrado já concluíram o curso e o mesmo aconteceu com 33% dos doutores. O maior número de bolsas de mestrado foram oferecidas para a área de ciências humanas e sociais e para o doutorado para a área de ciências biológicas.

A diretora-presidente da Fapeam, Maria Olívia Simão, ressalta que em uma região com a Amazônia, com tanta diversidade, é necessário investir em ciência e inovação, coisa que a fundação se propõe a fazer jun-

tamente com outros órgãos do estado. Ela ressalta que o governo estadual tem incrementado "a pesquisa científica e da inovação, da formação de recursos humanos técnicos, graduados e pós-graduados e da oferta de fomento para todas as instituições" como núcleos de pesquisa e inovação tecnológica de instituições e de empresas.

A Fapeam, que executou R\$ 39.420.611,51 no ano passado, sendo 31,28 milhões do tesouro estadual, tem investido no financiamento de eventos científicos e tecnológicos, sendo 42 somente em 2010. Nos últimos sete anos a Fapeam financiou 227 eventos. Neste período a fundação também concedeu 1.331 passagens para pesquisadores, sendo 1.170 nacionais e

161 internacionais. Os investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação voltados para o setor produtivo atingiram a cifra de R\$ 14.153.217,66.

Destaca-se ainda investimentos em apoio à infraestrutura e organização institucional na área de saúde, com R\$ 482 mil destinados ao Centro e Ontomologia Médica do Amazonas da Fundação de Medicina Tropical (FMTAM), R\$ 448 mil para o Laboratório de Avaliação de Prevalência de Soroconversão pra Doenças Transmissíveis de Repetição do Estado do Amazonas (Fhemoam) e R\$ 441 mil para o Laboratório de Biologia Molecular do Núcleo de Estudos Genômicos da Fundação Universidade do Amazonas (Fuam).

Floresta gera riquezas no Amazonas

ANTONIO XIMENES

DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Borracha, castanha, açaí, malva e juta, pirarucu são algumas das cadeias produtivas do Amazonas que se destacam pelos preços competitivos e a geração de emprego e renda no interior e na capital. Capitanizada diretamente pelo governador Omar Aziz, a política de fortalecimento da produção do povo da floresta é referência mundial em clima de floresta tropical úmida.

Na borracha, finalmente, depois de praticamente cem anos de espera, consegue-se completar toda a cadeia produtiva, desde a coleta do látex no seringal até a produção dos pneus de motos e de bicicletas pela fábrica Neotec, do Grupo Levorin, que, a partir de setembro, inicia suas atividades no quilômetro 22 da rodovia AM-010, com a fabricação de dez milhões de pneus de bicicletas e um milhão para motos em 2011.

A projeção de produção do grupo é de 20 milhões de pneus para bicicletas e 5,5 milhões de motos até 2014, gerando mais de mil empregos diretos no período, sendo que 450 vagas já serão preenchidas em setembro.

"Nós estamos colaborando com o repasse de subsídios de R\$ 1,00 por quilo de borracha para o produtor do Estado, com o objetivo de impulsionar este mercado. Vamos aumentar a produção das atuais 1000 toneladas/ano do Amazonas para algo superior a cinco mil toneladas/ano nos próximos quatro anos, quando mais de dez mil famílias de seringueiros estiverem produzindo criaremos milhares de

Frases

“

"Vamos apoiar a produção de borracha com subsídios e tecnologia. Queremos beneficiar dez mil famílias"

>Omar Aziz
governador do Amazonas

empregos", disse Aziz ao visitar as instalações da Neotec.

O superintendente geral da Neotec, Auro Levorin, disse que os investimentos da empresa vão muito além dos R\$ 120 milhões já efetuados. "Queremos criar um cluster da borracha em Manaus e mobilizar toda a infraestrutura deste setor aqui no Amazonas". Ele destacou ainda que toda a produção de borracha do Amazonas será comprada pela empresa, porque há demanda para isso, especialmente se forem criadas medidas legais para evitar que o pneu importado da China desestabilize o mercado local e nacional.

CASTANHA

A castanha do Brasil é outro produto natural que tem ganhado relevância no cenário das prioridades do governo estadual. Com mais de cinco mil produtores e

Em números

#

10

Milhões de pneus de bicicletas e um milhão de pneus de motos serão produzidos pela fábrica da Neotec, a partir de setembro, no quilômetro 22 da AM 010. Trata-se da mais importante iniciativa industrial de beneficiamento da borracha na história do Amazonas.

Financiamento

Com a liberação de recursos pela Afeam para a construção de fábricas de açaí no interior do Estado, o Amazonas se fortalece nos mercados interno e externo, criando uma base tecnológica de produção de açaí certificado pelo Ministério da Agricultura.

com uma produção superior a 9,5 mil toneladas/ano, este produto orgânico está ganhando escala de venda nacionalmente e no exterior. No Estado, mais de 30 municípios fornecem a castanha para as usinas de beneficiamento localizadas em cidades como Manicoré, Lábrea, Amaturá, Beruri, Boca do Acre, por exemplo. Este setor movimenta mais de R\$ 25 milhões, sendo que a maior parte dos recursos ficam no interior do Amazonas para cooperativas, associações e outras organizações comunitárias

de natureza agroextrativista.

AÇAÍ

Com a aceitação do consumo do açaí nacionalmente e também no mercado americano, a região passou a ser um dos principais fornecedores da poupa, depois que o governo, através da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam) passou a disponibilizar recursos para a construção de fábricas. Segundo o presidente da Afeam, Pedro Falabella, a cadeia produtiva do açaí tem escala e emprega milhares de trabalhadores que moram na floresta. "Antes havia uma fábrica apenas em Codajás, agora elas estão em Carauari, Benjamin Constant, Boca do Acre, Humaitá, Manacapuru, Parintins, Manaus e há projetos para serem instaladas em outras cidades", comentou.

MALVA E JUTA

Beneficiadas pela cultura da sustentabilidade das fibras naturais, frente às sacolas de plástico altamente agressivas ao meio ambiente, os produtores de juta e malva estão vivendo um dos melhores momentos desta cadeia produtiva. recentemente o governo repassou subsídios na ordem de R\$ 1,25 milhão para aproximadamente 2.500 famílias de Manacapuru, o município de maior produtividade do Estado. Outro passo importante para este setor foi a certificação orgânica da juta e da malva pelo Ecocert Brasil, em uma parceria entre a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Com esta medida o preço por kilo, que hoje é de R\$ 2,25, do produto orgânico será acrescido em mais 30%.

Floresta gera riquezas no Amazonas (continuação)

Pirarucu expande mercado

Maior peixe de escamas do mundo de água doce, o pirarucu se transformou em uma renda sustentável dos pescadores do Amazonas. Este peixe que é comercializado pela rede de supermercados do Grupo Pão de Açúcar registra uma das práticas sustentáveis mais avançadas da pesca mundial em ambiente de floresta tropical. Além do mercado brasileiro, o pirarucu começa a se fortalecer nos restaurantes de alta culinária dos Estados Unidos da América e da Europa, especialmente na Espanha e na França.

Conhecido pelas suas características que lembram o bacalhau, o peixe é responsável pela melhora da qualidade de vida de milhares de pescadores do Amazonas. O destaque desta realidade que gera empregos e renda sustentável é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no Médio Solimões, que registra a despesca de mais de 5.250 pirarucus com tamanho acima de um metro e meio.

Tem colaborado para a comer-

cialização do peixe em maior escala, mas com o devido acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) a isenção de recolhimento de ICMS do peixe proveniente de áreas de manejo. A criação de frigoríficos no Médio e Alto Solimões, através da salga e beneficiamento deste pescado, é outro fator que auxilia na boa performance da economia ambientalmente correta em áreas em que o risco de extinção, nas décadas de 1980 e 1990, era altíssimo.

As políticas desencadeadas pelo Estado para facilitar a vida dos pescadores de forma sustentável levou o preço do quilo do pirarucu a um patamar de excelência na economia verde. Em 2022 comercializava-se o quilo do peixe a R\$ 2,16; em 2006 bateu em R\$ 3,00; em 2007 atingiu o valor de R\$ 3,50 ; e em 2009 e 2010 chegou a R\$ 4,50 e R\$ 5,75 - respectivamente. Provas do sucesso do produto manejado.

Floresta gera riquezas no Amazonas (continuação)

ADS, foco nos pequenos

Na condição de presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) Adelino Cavalcante tem participado dos arranjos da cadeia produtiva do Estado focado na resolução das necessidades do homem e da mulher da floresta, a partir do fortalecimento dos micros, pequenos e médios produtores.

Os grandes também são atendidos, mas a prioridade é a de dar às condições de sustentabilidade econômica empresarial, de associativismo e cooperativismo empreendedor, para aqueles que têm mais dificuldades para se alavancarem financeiramente.

Atento as diretrizes formuladas pelo governador Omar Aziz, Valdelino Cavalcante tem se desdobrado para atender as demandas dos produtores do interior, tanto em seus municípios de origem, como também em Manaus. Na capital, ele tem sido um dos mais firmes incentivadores da criação

de feiras como a do Cigs, Vitelo e, mais recentemente, da Polícia Militar, na unidade do Comando Geral, no bairro de Petrópolis. “O produtor quer escoar a sua produção e vendê-la diretamente ao consumidor. A criação das feiras foi uma maneira encontrada para oferecer aos produtores da região metropolitana e até mesmo de municípios mais distantes da capital, a oportunidade de ofertar a produção com preços mais competitivos”. A fábrica Açaí Tupã de Carauari adotou como uma de suas estratégias comerciais vender nas feiras de Manaus o seu produto pasteurizado. “Foi a maneira encontrada para dar mais visibilidade a marca junto a um público com poder aquisitivo elevado e com capacidade de compra no atacado também”, disse Marconi Chagas, um dos sócio diretores da fábrica de Carauari, que vendeu mais de 200 litros de açaí na feira da PM.

Puma vai comprar borracha do Amazonas

Contrato firmado recentemente é de fornecimento anual e pode aumentar conforme a demanda, segundo a ADS

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

A iniciativa de uma das maiores fabricantes de roupas e calçados esportivos, a Puma, pode ser um passo importante para trazer um 'gás' à produção de borracha no Amazonas, já nesse segundo semestre. Em recente reunião, o presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Valdelino Cavalcante, e a multinacional fecharam um acordo para comprar aproximadamente 50 toneladas de borracha do Estado, por ano.

A informação partiu de Cavalcante, que adiantou que essa quantidade pode ser ampliada no decorrer do contrato e que os principais beneficiados serão os próprios produtores, quase 300 famílias.

O presidente ressaltou que, com a venda da borracha para a multinacional, os produtores do Amazonas poderão receber até R\$ 1,2 milhão em negócios fechados diretamente com eles. Para atender essa necessidade da fabricante, a borracha será oriunda dos municípios de Itacoatiara, Carauari e Manicoré.

"A borracha será adquirida

aqui pela Puma e depois levada para as suas empresas parceiras, que fabricam os calçados em unidades no Rio Grande do Sul e no Ceará. Esses calçados serão para atender tanto o mercado nacional quanto o internacional. Há ainda uma proposta em utilizar a pele de peixe para fazer couro, mas isso está em estudo", ressaltou Cavalcante.

Contrato deverá atingir mais de 300 famílias e gerar uma receita até R\$ 1,2 milhão em negócios. Borracha virá de três cidades do interior

Para ele, a intenção da empresa é mostrar aos seus clientes a preocupação com uma produção que utiliza matéria-prima sustentável e gera renda para populações que já viveram de uma atividade, outrora, lucrativa. Além disso, a multinacional adota uma estratégia de marketing que vem fazendo bastante sucesso nos últimos anos: a de abraçar a causa ambiental.

Puma vai comprar borracha do Amazonas (continuação)

Incentivos à produção

A borracha comprada pela Puma passa primeiro por usinas de beneficiamento do produto, localizadas no Amazonas. Essas usinas transformam o material em um composto chamado Granulado Escuro Brasileiro (GEB). O GEB será então enviado às fábricas da empresa e modificado em Cernami Virgem Prensado (CVP). Deste último material são fabricados os calçados.

Essa demanda inicial da Puma de 50 toneladas de borracha será atendida, mas, a princípio, com certa dificuldade, ainda mais se essa necessidade for aumentando com o tempo, ou se outras indústrias se interessarem pelo produto.

Isso porque o Amazonas gera, aproximadamente, mil toneladas ao ano de látex. Pode parecer muito, mas apenas as duas usinas existentes no Estado consomem cada uma 300 toneladas do produto, o que compromete mais da metade do total produzido localmente. "Estamos em um processo de estímulo a essa produção e nossa intenção é dobrá-la no próximo ano. Toda a produção de borracha não consegue

suprir a necessidade das usinas", comentou o diretor de Negócios Florestais da ADS, Fernando Guimarães. Segundo ele, existe também um desejo de que a borracha seja aproveitada aqui no próprio Estado e não fique somente sendo levada para fora.

O incentivo em forma de subvenção no preço da borracha, dado pelo governo aos seringueiros, foi um meio encontrado para ajudar no fortalecimento desse setor. Hoje, 23 associações e duas mil famílias de 22 municípios são beneficiadas com a subvenção da borracha, que influenciou a comercialização do produto a um preço mais justo.

Outro decreto importante para o setor aconteceu na última sexta-feira, quando o governo autorizou o aumento de R\$ 0,70 para R\$ 1 o subsídio pago aos extrativistas, o que ajuda a melhorar o preço do quilo da borracha. De acordo com o governador do Amazonas, Omar Aziz, a meta é chegar a dez mil famílias beneficiadas até o fim de seu mandato e assim garantir autossuficiência do Estado em relação a essa produção.

Puma vai comprar borracha do Amazonas (continuação)

Capital entra na rota do luxo

Com o crescimento do mercado manauense e o fortalecimento da economia local, o segmento de luxo na capital amazonense está em pleno desenvolvimento. E, a tendência é que o setor ganhe cada vez mais interesse do público.

De acordo com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL/Manaus), Ralph Assayag, o mercado tem potencial na cidade. "O público manauense ainda se mostra um tanto tímido. Entretanto, com as facilidades nas formas

de pagamento oferecidas pelos lojistas, é bem provável que o consumidor se volte mais as compras de luxo", ressaltou.

Ainda na avaliação do dirigente, o crescimento da cidade perante as demais capitais brasileiras também contribui para que o mercado de luxo ganhe mais atenção dos consumidores. "Aos poucos, Manaus está se tornando um ponto de referência em todos os sentidos, fato que é muito mais adequado para todos os consumidores", comentou.

No que diz respeito às dificuldades que impedem esse mercado específico de avançar na capital amazonense, Assayag disse acreditar que as taxas de impostos ainda devem ser um grande obstáculo. As facilidades nas formas de pagamento ainda não são tantas, mas a cidade, segundo o dirigente, já apresenta um número favorável de lojas e de consumidores cheios de vontade de comprar jóias, roupas de grife, carros, barcos, entre outros itens do mercado de luxo.

Alfredo MR Lopes

Lições e provocações dos tablets

Espernear sempre será o mais legítimo direito dos enforcados. Resta saber, porém, a eficácia desse expediente mortal e o que fazer para reduzir a frequência de sua repetição. Diante da perda na disputa pela produção local dos tablets, e logo dos games e celulares, não resta outra saída senão compensar com inteligência, organização e ciência as lacunas de despreparo da representação parlamentar e a timidez do prestígio político no tabuleiro do poder e dos interesses em questão. Inteligência, no caso, significa ir além da condição de bombeiros, que se mobilizam apenas e tão somente pra apagar os estragos de um fogaréu que ganha, a cada vez, proporções imprevisíveis. As brigadas de prevenção do estudo e do planejamento, com efeito, são ferramentas antigas e sempre serão novas pra impedir sobresaltos e assegurar empreitadas e avanços sem solavancos. Daí o papel da mobilização geral, poder público e entidades dos diversos setores, no rumo da organização que prioriza a ordem das demandas, promove a qualificação dos recursos e investe na infraestrutura necessária de implementação das etapas, agendas e cronogramas. Coisas de que muito se fala e que sempre se protela.

É preciso estudar, cultivar e acessar o poder do conhecimento e da informação para ocupar a torre da vigilância permanen-

te e as frentes estratégicas de batalha do planejamento e de execução. O que somos, aquilo que queremos e para onde vamos bem poderiam virar ponto de partida dessa revisão. Tais quesitos, aliás, são um roteiro básico que têm movido os grandes avanços civilizatórios da ação humana ao longo da História. A Suframa, vejam só, canta em verso e prosa o papel de arrecadar 65% dos impostos federais de toda região Norte, mas não consegue respaldo político para fazer disso exigência inarredável de participar da revisão da Lei de Informática proposta pelo ministério de Ciência e Tecnologia. Por isso, o MCT decide isoladamente e sob seu viés eleitoral as mudanças no estatuto legal para compatibilizar os incentivos fiscais da ZFM com as pressões dos setores conexos pelo país afora, leia-se São Paulo. Desde 1999 não voltamos ao assunto para estudar mudanças visando ajustar a Lei à luz das demandas regionais. Resultado: estão revisando por nós. Cabe ainda perguntar: o que fizemos com os respectivos recursos para pesquisa e inovação tecnológica, para adensar conhecimento e agregar valor aos produtos do polo industrial de Manaus desde então? Muito pouco, pra sermos honestos. Uma auditoria minimamente transparente iria revelar negligências e distorções constrangedoras. A Universidade do Estado do Amazonas

é, dos exemplos, um dos mais eloquentes.

No apagar das luzes da gestão Lula, o governo federal deu todas as dicas de que iria engrossar na marra o caldo do modelo ZFM, fazer por nós, goela abaixo, e de acordo com sua cartilha, o que nos competia fazer acontecer. A revisão dos incentivos, por exemplo, está em curso, com a conivência e passividade de nossa representação política, da autarquia e da academia. Uma revisão em desacordo com os interesses e direitos constitucionais do modelo ZFM. Nossa omissão é fatal e torna hipócrita a grita sobre o leite derramado da produção dos tablets em outras searas da federação. Único estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a apresentar resultado positivo nos repasses federais, isto é, que recolhe mais do que recebe, o Estado tem tratamento de segunda classe, exatamente por não fazer valer a relevância de sua contribuição. E é a cumplicidade passiva que explica a contrapartida federal zero em balizamento das hidrovias regionais, na inclusão do Estado no programa nacional de banda larga, na precariedade energética e outras distrações, algumas marotas que protelam iniciativas privadas de intervenção e solução das encrencas que ao Estado caberia resolver. É hora de parar pra combinar, dar nome aos bois da ensebação, e ajustar pra não precisar espremer depois.

Mercado de luxo ganha adeptos em Manaus

ALYNE ARAÚJO

Equipe do EM TEMPO

alynearaujo@emtempo.com.br

Grandes lojas, marcas, vitrines caprichadas e produtos de alta qualidade seduzem amazonenses e os transformam em consumidores do chamado mercado de luxo. Para adquirir os 'mimos' - que vão de maquiagens a aparelhos hi tech - eles chegam a desembolsar até R\$ 7 mil por mês.

Embora os valores gastos sejam vistos como um 'exagero' para alguns, para esses consumidores são necessários para a aquisição de itens usados no cotidiano ou para presentear pessoas da família e amigos.

O empresário Walter Oliva já chegou a gastar aproximadamente R\$ 7 mil com cintos, sapatos, eletroeletrônicos e itens de informática. E, para comprar, ele não mede esforços ao visitar lojas variadas e segmentos diferentes em Manaus, em outras capitais brasileiras e até fora do país.

Na avaliação do empresário, os consumidores desse mercado não compram nada exageradamente. "Não é um gasto supérfluo. São coisas

compradas porque realmente agradam e servem até para o uso no cotidiano de trabalho", disse Oliva.

Ele acrescenta que o mercado de luxo pode não ser visto com tão bons olhos assim pelos demais consumidores.

O presidente da CDLM, Ralph Assayag, afirmou que esse mercado tem potencial em Manaus e já há facilidades nos pagamentos

res. Porém, o novo segmento tem potencial para oferecer diversas facilidades nas condições de pagamento e favorecer para que mais pessoas possam efetuar todas as compras que desejam.

Sem revelar o quanto desembolsou em compras, o empresário - e consumidor de luxo - Eduardo Brandão informou que vai às compras em lojas de grife, como a rede Top Internacional, em Manaus. Ele também revelou

que adquire roupas em lojas da Osklen espalhadas pelo Brasil. Já no mercado internacional, Brandão aproveita os produtos da Apple.

O empresário ressaltou que a compra de um produto de luxo pode ser satisfatória, caso sejam tomados os cuidados necessários. "Isso porque, antes de tudo, deve-se analisar o que vai comprar e quanto vai gastar para que o valor não se torne exorbitante", avaliou.

Para ele, os itens considerados mais caros também podem ser investimentos no futuro. "Quando se compra um carro, não deixa de ser um investimento", acrescentou.

A estudante de arquitetura Natasha Davi também é uma consumidora assídua desse mercado seleto. Em uma viagem de apenas duas semanas, ela já chegou a gastar pouco mais de R\$ 2 mil somente com produtos de maquiagem.

Para ela, a compra não representou um gasto supérfluo. "As pessoas lidam com a própria imagem e precisam estar bem apresentadas no dia a dia. No caso das mulheres, então, a maquiagem chega a ser considerada um item mais que fundamental", salientou a estudante.